

O preço do ensino gratuito

O GLOBO 14 JUL 1991

SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

O "projeto" do Governo federal trouxe à baila inúmeros pontos de interesse. Entre outros, considero mais importante a sua posição em relação à educação: deve-se diminuir sobremaneira o subsídio governamental ao ensino superior, e aumentar muito o gasto em ensino primário, seja em maior número de escolas, seja em melhoria do corpo docente.

Meu curso superior (e de todos os meus irmãos) foi feito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, portanto, foi gratuito. A época eu achava muito natural que o Governo pagasse pelos meus estudos, e era ardoroso defensor desse sistema. Mais recentemente, deparei-me com a dura realidade dos fatos: para que eu pudesse ser mantido na UFRJ, 30 crianças tiveram seu acesso ao ensino primário negado, pois o custo por aluno-ano de um estudante no curso superior é cerca de 30 vezes o custo aluno-ano no primário. E claro, eu espero que meu trabalho e meu consumo venham gerar empregos que justifiquem tal atrocidade distributiva.

Ocorre que, em termos agregados, a taxa de retorno pessoal média do ensino superior é inferior à taxa de retorno do primário (14,12% ao ano contra 15,73% ao ano, como estimado em trabalho conjunto com Carlos Ivan Simonsen Leal). Isto quer dizer que, mesmo considerando o caso fictício de educação a custo zero, seria mais proveitoso para a sociedade como um todo, investir em ensino primário. Se se leva em consideração, adicionalmente, que o custo do ensino primário é muito menor (1/30, para ser mais preciso) que o custo do ensino universitário, vê-se que o investimento em ensino superior não pode ser justificado com base em critérios de eficiência econômica.

Poder-se-iam levantar mais dois pontos em favor do ensino superior público gratuito. Em primeiro lugar, se não houvesse déficit de escolas primárias, não haveria por que gastar mais em ensino primário. Contudo, de acordo com os dados do censo de 1980, havia 5,8 milhões de crianças brasileiras entre 7 e 14 anos que não haviam ingressado na escola primária!

Em segundo lugar, muitos argumentam que o correto seria a manutenção dos gastos públicos no ensino superior, e o aumento dos gastos no primário. Este ponto poderia ser válido se o Brasil fosse a Suíça. Infelizmente, hoje, o Estado brasileiro está falido. Não só não há geração de

poupança pública (que poderia ser guiada para investimentos em educação), como também há imensas dificuldades de financiamentos do déficit governamental já existente, inviabilizando assim o seu aumento. A única alternativa é o redirecionamento dos gastos com ensino superior para o ensino primário.

Por que, então, há vários setores da sociedade que são contra esta política? Para responder a esta pergunta é necessário que sejam identificados estes setores. Os professores e reitores de universidades públicas são, em grande parte, foco de resistência ao ensino superior pago. Isto só pode ser justificado quando se leva em consideração que os professores de uma universidade pública têm estabilidade garantida e, pior ainda, promoção por tempo de serviço. Os reitores, por sua vez, são os maiores beneficiários: manejam orçamentos bilionários, basicamente sem ingerência externa. O exemplo mais gritante é o do Estado da Paraíba: o orçamento da Universidade Federal da Paraíba é superior ao do Governo do Estado da Paraíba.

Um outro setor resistente às mudanças é o dos estudantes das universidades públicas (setor do qual eu fiz parte; resistência a qual eu próprio tinha). Estes estudantes são os beneficiários diretos do nefasto sistema brasileiro, de modo que é fácil entender porque eles (e, talvez, suas famílias) sejam contra o ensino superior pago. É bom, no entanto, distinguir dois tipos de alunos: aqueles cujas famílias poderiam pagar os custos (a média do custo do ensino superior é de cerca de 3.500 dólares por aluno matriculado por ano — este valor é maior ainda em universidades públicas) e aqueles que não podem pagar.

Quanto aos que não podem pagar, algum esquema de crédito educativo resolveria o problema. Não um esquema de subsídios como havia no Brasil até há pouco, mas sim um mecanismo autofinanciável, como o que está em vigor na Colômbia desde 1950.

Já aqueles que poderiam pagar, não se pode esperar que queiram largar o privilégio que lhes foi concedido sem alguma compensação. E qual seria esta compensação? Seria a certeza de que o Brasil passaria a ser um país mais próspero e estável, com muito menos desigualdade social e com muito maior aproveitamento de um dos maiores recursos de que dispõe: sua população.

Sérgio Ribeiro da Costa Werlang é Diretor de Ensino da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e PhD em Economia pela Universidade de Princeton.